



Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela

EDITAL

Adelino Manuel Marques da Silva, Presidente da Assembleia de Freguesia de União das freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela.

Em cumprimento do disposto nos artigos 11.º e 14.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, CONVOCO a Assembleia de Freguesia para uma Sessão Ordinária a realizar no dia 29 de Setembro de 2014, pelas 21.00 horas, nas instalações da Sala da Assembleia de Freguesia, Praceta José Régio, nº 5 em Bobadela, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Gestão Autárquica.

A Junta de Freguesia faz-se representar, obrigatoriamente, pelo Presidente que pode intervir nos debates sem direito a voto, ou no seu impedimento faz-se substituir pelo seu substituto legal.

Para constar se pública este e idênticos, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Luís Fernando da Conceição Morais*, 1º Secretário o subscrevi.

União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, 18 de Setembro de 2014.

O Presidente da Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Santa Iria de Azóia,
São João da Talha e Bobadela

Adelino Manuel Marques da Silva

7/09/2014

Recebido em
29/09/2014



CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



MOÇÃO

SALVAR O PATRIMÓNIO PÚBLICO, IMPEDIR A PRIVATIZAÇÃO DA EGF

O Conselho de Ministros aprovou, a venda da *EGF* ao consórcio *Mota/Engil/Suma*, empresa pública de gestão de resíduos, integrada no grupo Águas de Portugal e da qual faz parte a *Valorsul*, importante estrutura empregadora existente na Nossa Freguesia, prosseguindo a escalada privatizadora apesar de já ter excedido largamente as metas «impostas» pela troika.

Constituindo-se como comissão liquidatária do património público, o Governo deu mais um passo para a venda da *Empresa Geral do Fomento (EGF)*, ignorando os protestos e a oposição generalizada dos municípios, dos trabalhadores e das populações, em completo abandono da defesa do interesse público.

A *EGF* é empresa estratégica rentável que em conjunto com os municípios presta um serviço público essencial ao ambiente, ao desenvolvimento e à qualidade de vida dos portugueses. A sua alienação a um grupo privado constitui um negócio ruinoso para o País, para os municípios, para os trabalhadores e as populações, e espelha a subjugação e os compromissos do actual governo aos interesses privados.

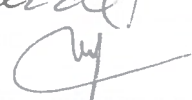
A *EGF* resultou da cooperação com as autarquias e recebeu vultuosos investimentos públicos. Hoje tem uma posição dominante no sector, quase um monopólio, pois as 11 empresas criadas em parceria com os municípios gerem 65 por cento do total nacional de resíduos sólidos urbanos.

As consequências que nenhum regulador conseguirá evitar são previsíveis: controlo do mercado, imposição de preços elevados, degradação dos serviços, despedimentos, permanente transferência de dinheiros públicos para os interesses privados.

Em 2012, o presidente da Águas de Portugal, holding pública à qual pertence a *EGF*, descrevia esta empresa como «única no mundo».

Com efeito, a *EGF* teve resultados positivos nos últimos três anos de 60 milhões de euros e dividendos anuais de 2,5 milhões de euros. Em 2013, apesar da crise, registou um volume de negócios recorde, no valor de 173 milhões de euros, e lucros de 15 milhões de euros. O seu património está

Moção aprovada por unanimidade





avaliado em quase mil milhões de euros, dando emprego a cerca de dois mil trabalhadores.

É portanto esta «empresa única» que o governo quer vender por 150 milhões, a que se somam os 200 milhões de dívida. Uma verdadeira pechincha! Um roubo!

Na tentativa de justificar o esbulho, o ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, alegou inicialmente que a privatização fará baixar as tarifas. No entanto, quando foi

confrontado com o resultado inverso das outras privatizações, o ministro ripostou que os preços subiriam mais se não houvesse privatização.

Ou seja, os preços não descerão, mas subirão, e muito mais do que se a empresa fosse pública. Por uma simples razão: a sede de lucro dos privados.

Na retórica do Governo é dito que: *sem capitais privados não haverá investimento*. Na realidade, ao longo das duas últimas décadas, os investimentos públicos realizados no sector ascenderam a dois mil milhões de euros, e actualmente estão disponíveis mais 320 milhões de euros de fundos comunitários, que irão parar aos bolsos privados, na sequência da privatização.

Também se afirma que as receitas da venda da EGF permitirão amortizar a dívida pública. Na verdade, o encaixe previsto está longe de solucionar o problema. Em contrapartida, o Estado perde para sempre uma fonte de receita, agravando assim o desequilíbrio das contas públicas.

Acena-se também com a criação de postos de trabalho, ocultando que só na fase de preparação da privatização já foram destruídos cerca de 200 postos de trabalho, reduzidos os salários e degradadas as condições de trabalho. Este aumento da exploração será agravado pelos novos patrões privados.

Neste ponto é preciso que o ministro e a Mota/Engil expliquem se a proposta prevê ou não o despedimento de cerca de 400 trabalhadores, como denunciou a outra empresa concorrente, a FCC (Fomento, Construcciones e Contratas)

A privatização da EGF é mais um passo no processo de esvaziamento das competências das autarquias na área dos serviços públicos de proximidade. Ou seja, o governo transfere cada vez mais competências nas áreas de políticas nacionais estruturantes para as autarquias na forma de encargos e, por outro, subtrai tudo aquilo que pode dar receitas. É também uma antevisão do que se prepara para o sector da água.

Os municípios foram empurrados para os sistemas multimunicipais no pressuposto de terem como parceiro uma empresa de capital público. Agora, o



Governo não só lhes impõe um parceiro privado, como os impede de garantir a maioria do capital, tal como estipulavam os acordos assinados com o Estado. Para cúmulo, os municípios perdem a competência de fixar tarifas de resíduos, que passarão a ser coercivamente impostas pelo Regulador (ERSAR), sob ameaça de pesadas multas.

Ao contrário do que afirma o Governo, a privatização da EGF assenta num conjunto de ilegalidades e ameaça lançar o caos na empresa e em todo o sector.

Por tudo isto, a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela reunida no dia 29/09/2014 declara que considera essencial defender os serviços públicos de Água e resíduos e exige a tomada de medidas que assegurem:

- 1 – Reafirmar a posição de defesa da gestão pública e a manutenção da EGF na esfera pública, nomeadamente a denúncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, destes sectores e dos serviços que lhe dão corpo, construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações, como um esbulho atentatório dos interesses dos munícipes e do poder local.
- 2 – Reafirmar as posições reiteradamente assumidas, o controlo democrático, a transparência e a participação das populações na organização e gestão dos serviços públicos de resíduos, um direito e responsabilidade de todos, estratégico para soberania e desenvolvimento nacional, cuja gestão com estes objectivos, apenas o Estado está em condições de garantir;
- 3 – Reafirmar em paralelo, a incontornável responsabilidade da administração central em assegurar políticas sociais que garantam a dignidade de todos os portugueses e o acesso a condições materiais que assegurem uma vida de



acordo com essa dignidade, com a defesa dos postos de trabalho, dos salários, dos direitos e da melhoria das condições de trabalho contribuindo para a valorização social dos trabalhadores do sector.

4 – Manifestar a sua solidariedade para com todos os que travam esta mesma batalha, nomeadamente os cidadãos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos para a "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", fazendo votos de que a mesma tenha, por parte dos deputados da republica, a quando da sua discussão em Plenário, no próximo dia 9 de Outubro, o acolhimento que garanta a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses.

O Grupo da Coligação Democrática Unitária

MOÇÃO

Identificar os edifícios com amianto, em nome da saúde pública

Considerando que é proibida a utilização e comercialização de amianto ou produtos que o contenham desde 1 de Janeiro de 2005 (Decreto-Lei nº 101/2005, de 23 de junho), de acordo com o disposto na Diretiva 2003/18/CE.

Considerando que as fibras de amianto são agentes cancerígenos, podendo causar, segundo a Direcção Geral de Saúde, doenças como a asbestose, mesotelioma, cancro do pulmão e ainda cancro gastrointestinal.

Considerando a frequente utilização de amianto na indústria da construção civil, podendo estar presentes em pavimentos, placas de teto falso, produtos e materiais de revestimento e enchimento, portas corta-fogo, portas de courettes, paredes divisórias pré-fabricadas, elementos pré-fabricados constituídos por fibrocimento, tijolos refratários, telhas, pintura texturizada, caldeiras (revestimentos e apoios), impermeabilização de coberturas e caleiras, e isolamento de tubagens de água quente, de antigos aquecedores domésticos, de fogões e de tetos.

Considerando o elevado nível logístico que a remoção e tratamento de amianto implica (Decreto-Lei nº 266/2007 de 24 de julho).

Considerando como exemplo a prática do Governo da República ao realizar e divulgar no dia 1 de Agosto de 2014 o seu levantamento de edifícios do Estado que contêm amianto nas suas estruturas, delineando daí um plano de acção para a sua remoção.

Vem a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela propor ao executivo da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela:

1. O levantamento dos equipamentos nesta união de freguesias que contenham amianto na sua construção, independentemente do fim dado ao material no referido equipamento, ou do seu estado de conservação.
2. Que o levantamento realizado seja colocado em edital público para protecção da saúde dos utentes dos espaços.

Os eleitos da " Coligação Loures Sabe Mudar " (PSD- MPT - PPM) na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela

Bobadela, 29 de Setembro de 2014

Yolanda Abrova de Com
10 votos a favor
9 votos contra.
e/ declaração voto do Emílio
do P.S